

ECONOMIA

Resolver a questão fiscal é o desafio para crescer mais, dizem economistas

06/12/2024 - 05:30

O pacote fiscal está influenciando a desaceleração da economia. Economistas explicam o que está ocorrendo



Ângela Fernanda Belfort

angela.belfort@movimentoeconomico.com.br

Ocorre um dilema difícil de entender na economia brasileira: a ocupação aumentou, a renda idem, mas a perspectiva é de um crescimento menor neste trimestre que se encerra em dezembro e no próximo ano. Resolver a questão fiscal é o grande desafio da atual gestão do governo federal para que a economia brasileira volte a acenar para um crescimento de forma mais robusta, segundo a opinião de três economistas consultados pelo Movimento Econômico.

Em 2024, o crescimento do PIB deve ficar acima dos 3%. No entanto, em 2025 a previsão é de que o PIB cresça em torno dos 2%, numa visão. “Tudo indica que o ajuste, recentemente anunciado, não foi suficiente para o mercado vislumbrar uma redução da taxa de juros. Então, quando você tem a perspectiva de que as próximas reuniões do Copom tenham elevação de juros, significa que 2025 vai ter um aperto em termos de elevação de juros e uma certa inibição, por exemplo, da taxa de investimento que deu bastante interessante agora no terceiro trimestre deste ano”, explica o CEO e sócio da Ceplan Consultoria, Paulo Guimarães.

Ele estava se referindo ao pacote fiscal anunciado pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que prevê um corte de gastos de R\$ 70 bilhões. E também ao crescimento de 2,1% da taxa de investimento registrada no terceiro trimestre deste ano, quando o PIB aumentou 0,9%. O crescimento da taxa de investimento foi considerado a melhor notícia entre os indicadores anunciados no terceiro trimestre. Essa taxa registrou quatro aumentos consecutivos. “O aumento da taxa de investimento indica uma certa sustentabilidade neste crescimento. Isso significa novas fábricas, novos projetos”, comenta Paulo.

Mas voltando a alguns fundamentos da economia, na próxima quarta-feira o Copom deve aumentar a taxa de juros. Até agora, a dúvida é o percentual do aumento. A inflação também está subindo e geralmente o Banco Central brasileiro aumenta os juros como forma de conter a alta generalizada dos preços. “Elevar os juros também pode compensar o impacto inflacionário do câmbio”, afirma Paulo. Do trigo que faz o pãozinho à gasolina e diesel, uma gama enorme dos produtos consumidos no Brasil aumento de preço com a alta do dólar e a indústria já estuda o repasse disso para os seus clientes.



Alex Agostini diz que a desaceleração da economia é saudável e necessária. Foto: Divulgação

“Desaceleração é uma acomodação”, diz Alex Agostini

Para o **economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, Alex Agostini**, o que vai ocorrer com a economia brasileira é “uma desaceleração saudável e necessária” com a acomodação de um crescimento menor pra trazer o nível de inflação para baixo. Ele também argumenta que de 2021 para cá a base de comparação do PIB ficou mais robusta, pois cresceu de forma constante. O PIB do País vem crescendo há 13 trimestres consecutivos, sendo o ciclo mais longo de crescimento contínuo desde o início da série em 1996.

Segundo Alex, o Brasil não tem muito fôlego para continuar crescendo no mesmo ritmo de 2024 por causa de limitações como a baixa produtividade, falta de investimentos e porque faltou fazer a lição de casa na área fiscal. “Internamente, a questão fiscal e a inflação contribuem para este cenário de desaceleração. Não vê uma crise que leve a uma recessão, mas vai ocorrer um crescimento menor em 2025”, revela.

Para ele, o principal erro do governo federal está em fazer uma política expansionista que gera emprego, renda, mas também contribui para inflação alta e juros altos. “Todos os governos do Brasil

têm um histórico que não fizeram o ajuste fiscal necessário. Para fazer a Justiça Social precisa ter as contas em ordem”, argumenta. E complementa: “o governo se endividou mais com a Justiça Social, como a valorização real do salário mínimo, reajuste dos programas sociais, incluindo o Bolsa Família, mexeu em alguns fundos, que era um dinheiro novo, que acaba ou diminui”.

E dispara: “O governo tem um sistema automático de despesas e não tem a contrapartida em receita. Há uma política expansionista que acredita que gera emprego e renda. No entanto, isso também gera inflação alta e juros altos”. Ele acredita que o valor do dólar disparou no Brasil, porque “o mercado não rasga dinheiro”.

O impacto do ajuste fiscal na economia

E considera que o principal problema da economia brasileira é mais de “cunho político do que econômico”. E acrescenta: “deveria ser feito um ajuste fiscal maior agora, quando a economia está boa, crescendo porque teria um impacto menor”. E para 2025, Alex acrescenta que há desafios também externos como as mudanças que podem ocorrer na economia geopolítica com o novo presidente americano, Donald Trump, que assume em janeiro e o impacto de algumas decisões, no cenário internacional, do BRIC, bloco econômico formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Consultor de gestão e professor da Unit, o economista Werson Kaval também argumenta que o Brasil não tem problema econômico, mas político. “Há uma necessidade de agradar todos, quando se precisa de um ajuste fiscal. Precisa cortar gastos na carne. Saiu um pacote fiscal meia boca. Não mexeu no Judiciário, que é o quinto maior orçamento público deste País. Informaram que a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil será compensada pela taxa de juros dos mais ricos, que não está definida se será cobrada sobre salário ou renda”, resume Werson.

Ele argumenta que a desaceleração da economia está intrinsecamente ligada ao pacote fiscal lançado pelo governo federal, acrescentando que 98% dos agentes econômicos reprovaram o pacote fiscal. “Não sinalizou consistência. Vai aumentar a inflação, os juros vão subir, a dívida do País impacta no valor do dólar, trazendo desaceleração para todos os setores econômicos. Só lembrando que os juros altos provocam uma retração geral”, afirma Werson. As contas do governo são como a de uma casa, quando se gasta mais do que a receita, aumenta a dívida e entra numa espécie de cheque especial. E aí fica mais difícil arrumar as contas.

O economista defende também que o País precisa de uma reforma administrativa para gastar menos e melhor, revendo os gastos da máquina estatal. “Nos órgãos públicos, em média, 50% dos gastos são usados para pagar a folha de pagamento”, cita. Ele também sugere que deveriam acabar com os municípios que têm menos de cinco mil habitantes. “Entre 75% e 80% dos municípios dependem de verba federal para sobreviverem”, fala.

E quando o Brasil vai voltar a crescer de forma robusta? “Quando o governo federal aprender a gastar menos e de forma correta. As consequências deste ajuste vão ser jogadas num ano neutro, que é 2025 para qualquer coisa negativa não afetar o ano eleitoral, que é 2026. A expectativa é que 2026 seja melhor do que 2025”, conclui.